

O episódio de baixo nível que marcou, no Congresso Nacional, a tentativa de início do processo de revisão constitucional sem dúvida alguma contribuiu para piorar, de ruim para péssima, a imagem do Poder Legislativo. O pior é que se sabe que todo esse triste espetáculo, tão comprometedor da própria instituição parlamentar, foi patrocinado e comandado por uma minoria partidária ativa, mas vociferante, tonitroante, da qual participam políticos de um leque ideológico que vai do PDT ao PC do B — passando pelo PT e pelo PSTU.

Essa minoria não esteve sozinha. Segundo denunciou o deputado Amaral Neto, em veemente discurso, o atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), José Roberto Batocchio, acompanhado do ex-presidente da entidade Marcelo Lavenere, chegou a "subir à Mesa para agredir o presidente". O presidente da OAB afirma que só entrou no recinto quando a sessão já havia sido suspensa. Mas o que estava ele fazendo em local privativo dos detentores de mandato popular junto ao Poder Legislativo? O que entidades como a OAB e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) — que já fazem campanha ostensiva contra a revisão — e mais os grupos berrantes das galerias querem fazer é intimidar, pela pressão física, tanto a Mesa diretora dos trabalhos quanto a maioria dos parlamentares que não comungam de suas idéias. E contra uns e outros não se vê, dos que dirigem as sessões, pulso firme e controle que possa refrear essa muito bem orquestrada bagunça.

Depois de toda a baderna que fizeram no Congresso Nacional, arrancando o fio do microfone, rasgando documentos, etc., os deputados pedetistas desafiaram abertamente a direção da Câmara dos Deputados, afirmando que não responderão a sindicância alguma sobre os fatos — pois certamente não se sentem na obrigação de prestar contas por seus atos. Eis a que ponto chegou uma instituição que se deteriora dia a dia. Pois é nesta Casa dos representantes do povo que se tem assistido à distribuição de escandalosos e ab-

surdos privilégios, tais como as somas enormes de dinheiro público colocadas no Orçamento da União para pagar os tratamentos dentários dos parlamentares e respectivos familiares. É nesta Casa que tem acontecido de tudo: de envolvimento em narcotráfico a exploração de lenocínio, fatos intercalados por cenas de pugilato em que um deputado socou sua colega, sem nos esquecermos dos famosos "trens da alegria", das frau-

des nas votações — caso dos inescrutáveis "pianistas" — etc. E também foi nesta mesma Câmara que um deputado pediu, simplesmente, o fechamento do Congresso Nacional e não lhe aconteceu absolutamente nada.

Há, porém, quem tenha achado edificante, "construtiva" mesmo, a atitude dos deputados do PDT. Trata-se, como não poderia deixar de ser, do governador Leonel Brizola. Embora admitindo que os deputados de seu partido tivessem cometido "alguns excessos", Leonel Brizola achou aquilo tudo atitude "natural nos grandes momentos". E enfatizou: "Um episódio fecundo e construtivo, que chamou a atenção da opinião pública para uma grave irregularidade" — que teria sido o fato de o senador Humberto Lucena manter uma sessão aberta sem o quórum regimental necessário.

Há de indagar: se o governador do Estado do Rio de Janeiro julga "construtiva e fecunda" a desordem, destinada a levar à opinião pública determinadas irregularidades ou a falta de atendimento a reivindicações justas, por que não agiu seguindo esses princípios em relação aos caminhoneiros de seu Estado? Não acha o governador Leonel Brizola mais que justa a exigência por um mínimo de segurança pública, a que têm direito todos os cidadãos, especialmente os que exercem trabalho essencial para a coletividade, como é o caso dos motoristas de caminhões, sem os quais não haverá distribuição de produtos nem abastecimento das cidades? Ou será que o governador Leonel Brizola voltou a dar à instituição parlamentar a mesma importância que dava no tempo em que bradava "fecha o Congresso"?

### **Deputados desafiam o Congresso e Brizola os aplaude. Este o quadro da crise**